

CASA DE PASSAGEM E ACOLHIMENTO NA CIDADE DE CHAPECÓ-SC

Ketherine Cabreira Lima¹
Andriele da Silva Panosso²

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo desenvolver um anteprojeto de uma casa de passagem e acolhimento na cidade de Chapecó/SC. Esta terá como função acolher moradores em situação de rua e pessoas de baixa renda que estão de passagem pela cidade, na maioria das vezes por motivo de doença e que precisam de um local para se hospedar. A elaboração deste, surgiu após visita e constatação da precariedade dos serviços e ambientes da casa existente na cidade. Assim a pesquisa foi desenvolvida através de um método indutivo e foram utilizados níveis de pesquisa exploratórios que envolveram levantamentos bibliográficos, bem como entrevistas e estudos de casos referentes a este tipo de projeto. Estas pesquisas foram realizadas afim de melhor entender o funcionamento e a estrutura desse espaço. Após, foram levantados dados referentes a área de inserção e elaboradas diretrizes que viabilizarão o desenvolvimento do anteprojeto de uma casa de passagem e acolhimento. Por fim, partiu-se para o lançamento da proposta do partido arquitetônico previsto.

Palavras-chave: Projeto arquitetônico. Arquitetura social. População em situação de rua.

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua no Brasil sofre discriminação por simplesmente serem quem são. Essa população, na maioria das vezes, se encontra em condições insalubres pela situação que vivem. Sabe-se que muitos destes estão nessas condições por diversos motivos, os principais são problemas relacionados a família, drogas, álcool e desemprego. Na cidade de Chapecó, no oeste catarinense, não é diferente, o número de moradores de rua tem aumentado gradativamente e a maioria são homens, jovens e que tem unicamente a rua como refúgio.

Muitos desses moradores acabam procurando amparo em locais de acolhimento. Além destes, muitas pessoas de municípios vizinhos se encontram de passagem pela cidade a fim de realizar tratamentos médicos e pelo fato de não terem condições de pagar uma hospedagem e necessitarem de um acolhimento, acabam buscando auxílio em Casas de Passagens.

Tendo em vista essas circunstâncias, pergunta-se: **como melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda que precisam de acolhimento na cidade de Chapecó?**

¹ Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, UCEFF. E-mail: ketherinelima@gmail.com.

² Docente UCEFF, Mestra em Engenharia Civil. E-mail: andrielep@uceff.edu.br.

O objetivo geral do trabalho é desenvolver um anteprojeto de uma Casa de Passagem e Acolhimento que dará suporte temporário as pessoas que estão de passagem pela cidade, bem como moradores de rua. Essa casa, além de fornecer abrigo e alimentação, disponibilizará aos moradores espaços de convivência e atividades para que estes possam ocupar seu tempo ocioso com alguma atividade produtiva.

Todo a pesquisa será desenvolvida através de um método indutivo e serão utilizados níveis de pesquisas que envolvam levantamentos bibliográficos, bem como entrevistas, questionários e estudos de caso referentes a casa de passagens.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O conhecimento e acesso às informações sobre a caracterização da população em situação de rua no Brasil, de forma mais específica, se deu após a realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em setembro de 2005. Este tinha como finalidade discutir meios para formular políticas públicas voltadas para esse público. Diante deste propósito, no período de agosto de 2007 a março de 2008, realizou-se a pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Esta pesquisa foi realizada em 71 municípios, sendo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300.000 habitantes. Através destas investigações constatou-se um total de 31.922 pessoas que se encontravam em situação de rua. Destas, 82% eram homens e mais da metade tinham entre 25 e 44 anos de idade. Verificou-se também que a proporção de negros (27,9%) e pardos (39,1%) era consideravelmente maior do que na população brasileira (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011).

2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E CHAPECÓ

De acordo com Abong Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (2016) o número de pessoas em situação de rua no Brasil vem aumentando e nos últimos quatro anos esse número cresceu 10%. Os principais motivos que levam as pessoas para a rua são o desemprego, a ausência de vínculos familiares, uso de drogas entre outros.

Segundo a assistente social da Central de Resgate Social de Chapecó (informação verbal³), a cidade possui 109 moradores de rua cadastrados. A estimativa é que o número de moradores em situação de rua chegue a 200 pessoas. A maioria dessas pessoas encontram-se em situação de rua pelos mesmos motivos que o restante do Brasil. Mas o motivo que mais leva as pessoas a rua na cidade, de acordo com atual coordenadora da Casa de passagem João Piltz de Chapecó (informação verbal⁴), é o uso de drogas e álcool.

Chapecó possui apenas uma casa de passagem que acolhe moradores de rua. A mesma fornece para os mesmos alimentação, materiais de limpeza, agasalhos e hospedagem, porém possui um número baixo de vagas disponíveis, isso faz com que muitos desses moradores acabem ficando sem receber o acolhimento necessário.

2.3 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um novo padrão da organização de assistência social pública, que tem por finalidade assegurar a proteção social aos cidadãos, ou seja, dar suporte as pessoas, famílias ou população que estão em situação de vulnerabilidade, através de um conjunto de serviços, intervenções e incentivos direcionados a estes. O SUAS está presente em todo Brasil e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e sua gestão é articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e implementada em parceria com a sociedade civil (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2015).

A Assistência Social, deve acolher todas as pessoas que dela precisem e ao contrário da Previdência Social não é contributiva. Ela é um direito de todo cidadão estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Desde 1993 com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social “ é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social” (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

³ Entrevista realizada com a assistente social da Central de Resgate Social de Chapecó, no dia 24 de abril de 2017, na cidade de Chapecó/SC.

⁴ Entrevista realizada com a coordenadora da Casa de Passagem João Piltz, no dia 03 de março de 2017, na cidade de Chapecó/SC.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DE PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL SEGUNDO MDS

A proteção social é a garantia de inserção de todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou situação de risco, onde os centros de assistência social tem por função incluir essa população nas redes de proteção social locais. A Proteção Social deve garantir: segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

O SUAS divide esses serviços em: proteção social básica e proteção social especial, essa última subdividida em proteção social de média e alta complexidade (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

A Proteção Social Básica refere-se àquela oferecida à população que vive em situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, ausência de renda, fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por alguma deficiência (PNAS, 2005).

A proteção social básica tem como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2005, p. 33). Sua função é colaborar para a inclusão social e autonomia das famílias, onde para garantir uma maior efetividade, os serviços devem se articular com as demais políticas públicas (SILVA *apud* OGG, 2014).

Esta proteção social “prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (PNAS, 2005, p. 34).

São tidos como serviços de proteção básica de assistência social aqueles que tem a família como unidade de referência, e que buscam fortalecer seus laços através de atividades locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias nas quais seus vínculos não foram rompidos, bem como a promoção da aproximação ao mercado de trabalho. Fazem parte destes serviços programas direcionados às famílias, centros de convívio para idosos, além de serviços socioeducativos para crianças e jovens.

A Proteção Social Especial conforme a PNAS (2004):

É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros (PNAS, 2004, p.37).

São episódios que exigem acompanhamentos individuais e maior atenção por se tratarem de casos de maior complexidade. Muitos desses serviços, acabam exigindo uma

gestão mais profunda e em conjunto com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A proteção social se subdivide em proteção social especial de média complexidade e proteção social de alta complexidade.

2.5 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS

São oferecidos serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, desabrigados por abandono, migrantes, pessoas com ausência de residência e pessoas em trânsito sem condições de auto sustento ou acolhimentos provisórios. Esses acolhimentos executam serviços especializados e proporcionam estadia, convívio e endereço de referência provisórios para estes moradores e funcionam em atendimento integral, para um melhor acolhimento. Os serviços de acolhimento para adultos e famílias são divididos em três modalidades: abrigo institucional, república e casa de passagem (MDS, 2015).

O abrigo institucional é uma unidade de acolhimento temporário que possui características similares a uma residência. Tem como propósito possibilitar um ambiente acolhedor e que respeite as condições de dignidade de quem a usufrui (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2012).

O serviço de acolhimento em república é destinado aos cidadãos que estão em processo de saída das ruas (MDS, 2015) e tem como objetivo amparar os usuários e prepará-los para a auto sustentação, além de ajudá-los a restabelecer vínculos familiares e/ou sociais (FERNANDES, 2016).

A casa de passagem é um serviço de acolhimento imediato e emergencial, que conta com uma equipe de profissionais instruídos para receber os usuários a qualquer horário do dia e da noite. Essa equipe realizará uma avaliação de cada caso e fará os encaminhamentos necessários (FERNANDES, 2016). De acordo com o MDS (2015), a casa se difere das outras unidades, pois possui um fluxo mais rápido, isto se dá pelo fato da maioria das pessoas não terem intenção de permanecer por longos períodos, ou seja, ela costuma receber indivíduos em trânsito.

Além de acolher moradores em situação de rua, a casa de passagem também acolhe migrantes e pacientes com câncer e seus cuidadores/acompanhantes, ou seja, toda e qualquer pessoa que está de passagem pela cidade por motivos diversos e não têm condições de arcar com o pagamento em uma hospedagem.

2.6 LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS RELACIONADAS AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, existem normativas básicas destinadas à População em Situação de Rua. Essas normativas têm como propósito possibilitar um melhor auxílio e assegurar os direitos dessa população como cidadãos.

A primeira delas é a Política de assistência social (PNAS,2004) que se direciona à garantia das necessidades básicas sociais, a disposição de condições para atender imprevistos sociais e à universalização dos direitos sociais.

Em 7 de dezembro de 1993 entra em vigor a Lei nº8.742, de (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Logo, no dia 30 de dezembro de 2005, foi aprovada a Lei nº11.258, que altera a lei do LOAS, para incluir o serviço de apoio as pessoas que vivem em situação de rua. Conforme esta lei, deverão ser criados programas destinados a esta população. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 2005).

O Decreto de 25 de outubro de 2006 é a terceira legislação relacionada as pessoas em situação de rua e funda o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que terá como função realizar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 2006).

Após surge a portaria MDS N°381 de 12 de dezembro de 2006 – MDS que assegura recursos financeiros para os municípios, por meio de fundos cofinanciados pelo governo federal, para propostas de serviços direcionadas ao acolhimento da população em situação de rua (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME -MDS, 2006).

Em 11 de novembro de 2009 entra em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS N° 109. Esta resolução é o documento que estabelece os tipos de serviços socioassistenciais a nível nacional, atribuídos aos moradores em situação de rua e os organiza por níveis de complexidade do SUAS. Esses níveis são divididos em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

Em seguida, em 23 de dezembro de 2009, é aprovado o decreto nº7053 que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial para acompanhamento e monitoramento desta população (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL, 2009). Este decreto tem como objetivo proporcionar o acesso da população de rua à serviços e programas que estejam associados as políticas públicas, bem como criar centros de defesa dos direitos humanos para estes. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 2009).

Por fim entra em vigor a Instrução Operacional Conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC N°07. Esta tem como propósito instruir os municípios e o Distrito Federal para a inclusão da População em Situação de Rua inserindo este grupo no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010).

3 METODOLOGIA

Foram adotados para dar suporte e direcionamento a pesquisa, instrumentos metodológicos que auxiliaram na definição das etapas e elaboração de um anteprojeto de uma Casa de Passagem. Assim a pesquisa foi desenvolvida utilizando o método indutivo e nível de pesquisa exploratório que envolveram levantamentos bibliográficos bem como entrevistas e estudos de caso referentes a casa de passagens e/ou acolhimento.

No primeiro momento foram realizadas entrevistas com profissionais da área, a fim de saber qual é o número de moradores em situação de rua na cidade e entender como é o funcionamento de uma casa de passagem que acolhe estes cidadãos. Num segundo momento foram realizadas pesquisas bibliográficas afim de conhecer a história dos moradores em situação de rua, bem como sua caracterização e as legislações e normativas para pessoas que se encontram nesta situação. Por fim foram desenvolvidos estudos de caso relacionados ao objeto de estudo (Casa de Passagem). Estes estudos foram feitos utilizando a abordagem proposta por Pause & Clark (1987), e tiveram como objetivo entender o método de elaboração de um projeto arquitetônico e os fundamentos que levaram o arquiteto a definir determinada forma.

O primeiro estudo de caso escolhido foi o Shelter *Home*, localizado Espanha. Este estudo de caso foi escolhido para ser analisado por se tratar de uma casa que acolhe moradores de rua, ou seja, por possuir uma similaridade com o programa que está sendo estudado. O segundo foi o *Redbrigde Welcome Center*, localizado na Inglaterra. Este foi escolhido por se tratar de uma edificação com aspecto residencial que oferece 10 quartos individuais com banheiros privados para os usuários. Por fim, o último estudo de caso

escolhido foi o *Bud Clark Commons* (localizado nos Estados Unidos da América) por se tratar de um centro que combina moradias de apoio com um centro de recursos da comunidade e foi escolhido para análise devido suas linhas puras e por ser similar a temática do anteprojeto a ser desenvolvido.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 DIRETRIZES DO PROJETO

A área adotada para a inserção do anteprojeto está localizada em Santa Catarina, no município de Chapecó (Figura 1), Oeste Catarinense. O terreno escolhido possui 1.730m² e está situado próximo ao Ecoparque da cidade. O lote possui duas testadas, uma pela rua Gonçalves Dias e outra pela rua Visconde de Cairu. Encontra-se no bairro Passo dos Fortes, próximo ao limite com o bairro Centro, região considerada adensável pelo zoneamento do Plano Diretor do Município.

Figura 1 – Localização



Fonte: Adaptada de Google maps (2017).

Após a escolha do terreno, foi realizada a análise de todas as condicionantes (topografia, ventos, isolamento), bem como legislação, entorno imediato, uso do solo, hierarquia viária e verticalização das edificações afim de entender o funcionamento da região onde será implantado o anteprojeto.

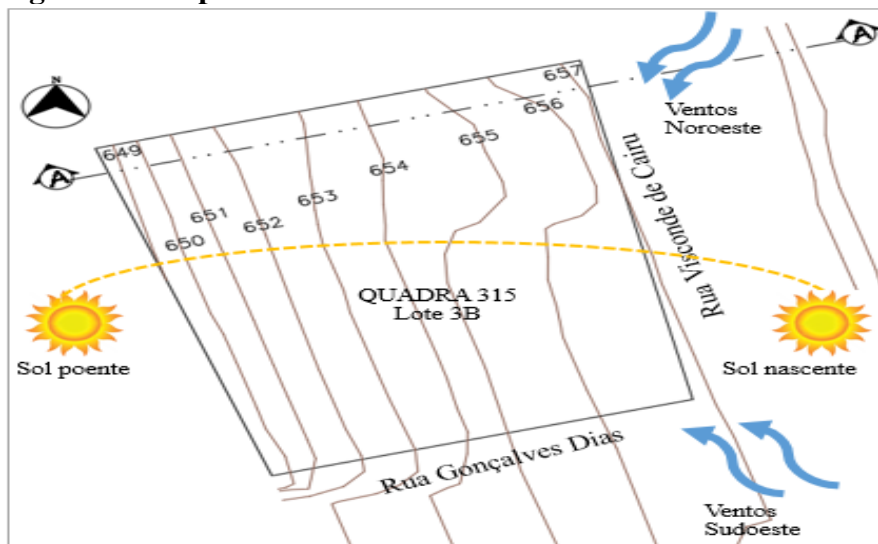
O terreno está situado na quadra 315, lote 3b e possui os dados urbanísticos indicados na Tabela 1.

Tabela 1 - Índices e parâmetros urbanísticos

Unidade territorial:	Área urbana central - AUC		
Coefficiente de aproveitamento (CA):	Mínimo: 0,2	Básico: 9	Máximo: 10,2
Taxa de ocupação (TO):	Base: 90% / Torre: 60%		
Recuo mínimo:	0		
Número de pavimentos:	Conforme CA		
Taxa de permeabilidade (TP):	5%		

Fonte: Adaptado de Prefeitura de Chapecó (2014).

De acordo com sua localização geográfica, Chapecó apresenta clima mesotérmico úmido. Como pode ser observado na Figura 2, os ventos que predominam no município são na direção sudoeste (SW) no verão e noroeste (NW) no inverno (WINDFINDER, 2017). O movimento aparente do sol no lote também pode ser visto na Figura 2. Além disso o terreno em estudo possui nove curvas de níveis variando o desnível em 9 metros, com altitude de 649m até 657m.

Figura 2 - Mapa de condicionantes físicas

Fonte: Adaptado de Prefeitura de Chapecó (2014).

O terreno localiza-se próximo a uma via coletora principal e uma via central especial, isso faz com que os deslocamentos sejam mais eficientes e seguros. O mesmo possui uma via local e uma via coletora principal. Ele se encontra num fluxo de veículos menor, porém como está entre as duas avenidas, pode-se dizer que está num ponto estratégico, ou seja, possui um

acesso facilitado. Outra importante característica do terreno é uma situação mirante com uma bela vista do leste e oeste da cidade.

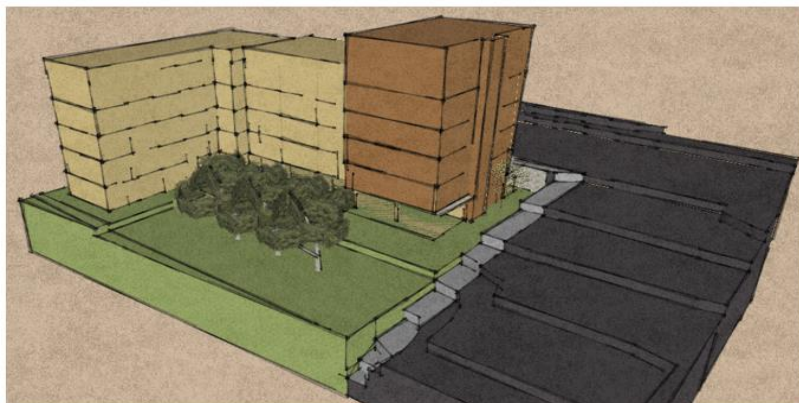
Levando em conta que a casa de passagem existente poderia dobrar seu número de vagas se houvesse um espaço maior, será desenvolvido um local que terá condições de abrigar 100 moradores em situação de rua e pessoas de passagem pela cidade. Dessas 100 vagas oferecidas, 20 serão destinadas ao público feminino e 80 para o masculino, devido a procura ser maior deste público não apenas em Chapecó como em todo Brasil, de acordo com a Cartilha “Inclusão das pessoas em situação de rua no cadastro único para programas sociais do Governo Federal” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011).

O conceito do projeto é o acolhimento. A ideia é criar um local que proporcione um amparo focado no ser humano e não em suas doenças e modo de vida. Um local onde os profissionais possam auxiliar quem busca apoio e possam lhes oferecer não apenas serviços de saúde, mas também compreendê-los e ouvi-los indiferente de sua forma de ser e ver o mundo. A ideia é criar um espaço onde os usuários possam ver nele uma oportunidade de um futuro melhor e que se sintam acolhidos independente de quem sejam.

O partido foi elaborado após terem sido adotadas diretrizes para o projeto. São elas: aproveitar os visuais que existem no terreno; criar soluções que bloqueiem o vento sudoeste; preservar e valorizar a vegetação existente; aproveitar a iluminação e ventilação natural; aproveitar o desnível natural do terreno e criar espaços de convivência ao ar livre.

Para a concepção do mesmo utilizou-se linhas puras e buscou-se a integração do conceito com as diretrizes. Como pode ser visto na Figura 3, o partido consiste em três volumes diferenciados e organizados de maneira periférica no lote e contornando um pátio central. O primeiro volume, mais alto e com acabamento diferenciado, abrigará o setor de acolhimento e estará suspenso do piso para abrigar uma área de estacionamento e dar maior imponência ao conjunto.

Figura 3 - Partido - Perspectiva da forma (sudoeste)



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2 PROJETO

No pavimento térreo fica localizado o estacionamento sob pilotis, a área de convivência composta por uma praça, uma academia ao livre e uma horta e toda parte de apoio ao usuário, como guarda-volumes (carrinhos), canil e lavanderia. É por este pavimento que os funcionários têm acesso a edificação, pela rua Gonçalves Dias (Figura 4).

Figura 4 - Pavimento térreo



Fonte: Dados da pesquisa 92017).

Na Figura 5 é possível perceber o acesso principal da edificação, que ocorre pelo primeiro pavimento, este acesso se dá pela rua Visconde de Cairu. Percebe-se também que o bloco que abriga o acesso principal se diferencia do restante da edificação, não só pelo seu volume, mas também por possuir uma tela metálica.

Figura 5 - Acesso principal da edificação



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O primeiro pavimento (Figura 6) abriga o setor de acolhimento, onde acontece o primeiro contato com o usuário a casa. Além disso, o pavimento possui salas de atividades e convivência que se integram ao exterior e o setor de apoio, o qual abriga o refeitório com uma sacada. É por este pavimento que se tem o acesso ao estacionamento sob pilotis e estacionamento de apoio.

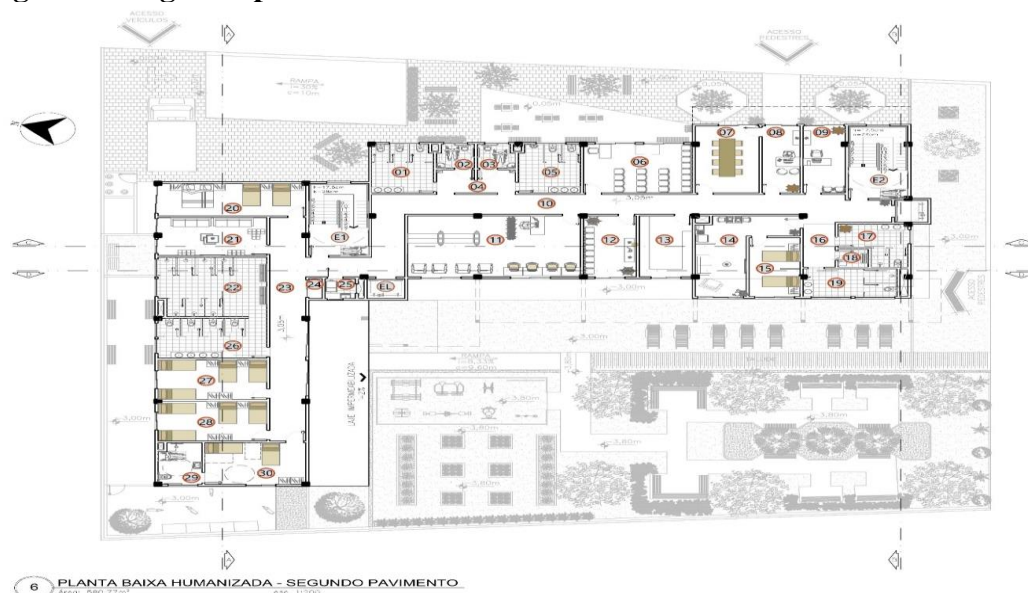
Figura 6 - Primeiro pavimento



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Através da Figura 7 percebe-se que o segundo pavimento abriga setor administrativo, um setor de atividades composto por uma biblioteca e sala profissionalizante. É neste pavimento que ficam dispostos os dormitórios femininos, dormitório família e uma sala de televisão exclusiva para o público feminino.

Figura 7 - Segundo pavimento



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É no terceiro pavimento (Figura 8) que começam a ser distribuídos os dormitórios de uso exclusivo masculino. Há neste pavimento, também, uma sala de televisão exclusiva para este público.

Figura 8 - Terceiro pavimento

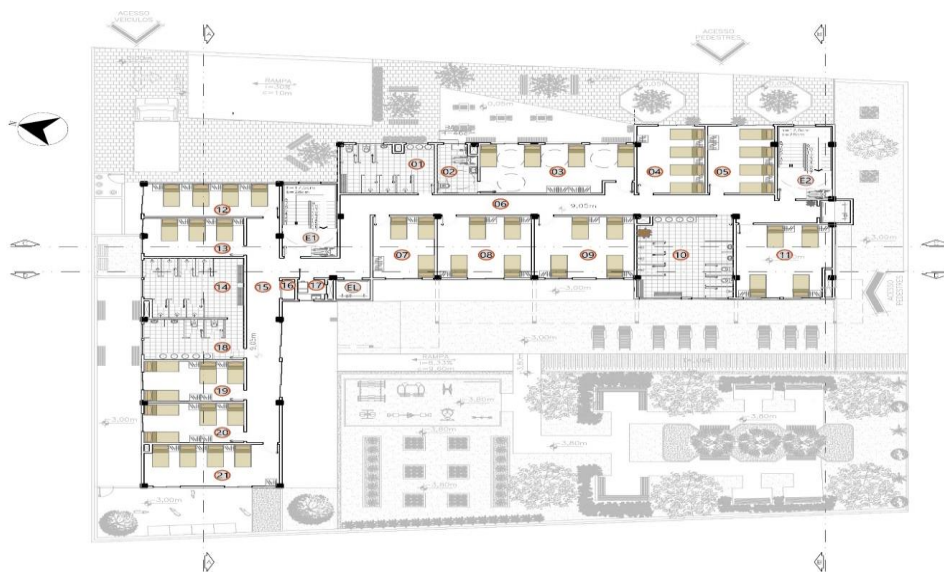


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No quarto pavimento (

Figura 9) estão distribuídos o restante dos dormitórios masculinos. Todos os dormitórios comportam no máximo quatro pessoas, seguindo o que solicita o Ministério do Desenvolvimento Social.

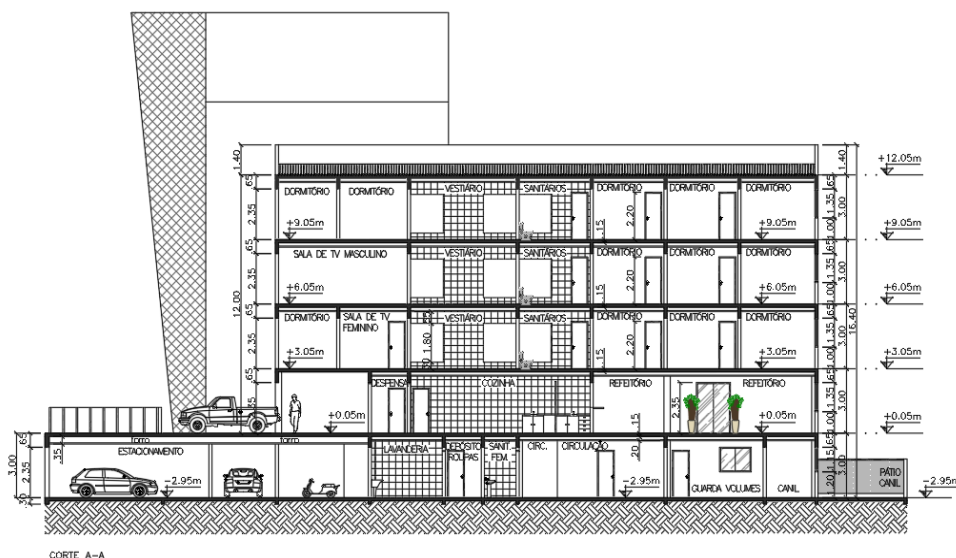
Figura 9 - Quarto pavimento



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Através da Figura 10 pode-se perceber que todos os pavimentos possuem 3 metros de pé-direito e que no pavimento térreo está locado o estacionamento sob pilotis. É possível perceber também o acesso de veículos para o setor de apoio.

Figura 10 - Corte A-A



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta etapa do projeto de pesquisa, pode-se afirmar que foi alcançado um amplo conhecimento sobre o tema, devido ao embasamento teórico, análise dos estudos de caso e demais estudos que compuseram esta monografia. Através destes estudos, pode ser lançado também um partido arquitetônico para a realização de um anteprojeto de uma casa de passagem e acolhimento na cidade de Chapecó, SC.

Na concepção deste partido muitas referências foram provenientes dos estudos de caso, entre elas a geração da forma, a hierarquia que foram ordenados os setores, a modulação a qual foi disposto o partido e principalmente a solução estética e conforto. Além disso o programa de necessidades também foi elaborado com base nos estudos de caso, os espaços criados visam contribuir na qualidade de vida dos moradores de rua, bem como pacientes oncológicos.

Ao finalizar esta etapa do projeto, pode-se afirmar que foram alcançadas todas as diretrizes adotadas no partido inicial, além disso a área total ficou próxima a área do pré-dimensionamento.

Acredita-se que com a implantação desse anteprojeto, a cidade de Chapecó poderá ofertar mais vagas e conseqüentemente contribuir para a recuperação de seus usuários, proporcionando a estes um ambiente onde possam desfrutar não apenas de um local para se alimentar e dormir, mas também possam usufruir de um ambiente onde possam ser tratados de forma igualitária e que vejam nesse espaço, esperança de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ABONG ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS.

Observatório da sociedade civil, 2016. Disponível em:

<<https://observatoriosc.wordpress.com/2016/03/24/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-so-cresce-no-brasil/>>. Acesso em: 26 março 2017.

FERNANDES, J. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, 2016. Disponível em:

<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/JulianaFernandesPereira.pdf>. Acesso em: 20 março 2017.

MDS, M. D. D. S. E. A. Assistência Social. **Ministério do Desenvolvimento Social e**

Agrário, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>>.

Acesso em: 17 abril 2017.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: Brasil LTDA, 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 16 abril 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Ministério do**

Desenvolvimento Social e Agrário, 2015. Disponível em:

<<https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em: 06 abril 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, 2009. Disponível em:

<www.mds.gov.br/cnas/legislacao/.2009/cnas-2009-109-11-11-2009.pdf/download>. Acesso em: 18 março 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Texto De Orientação Para O Reordenamento Do Serviço De Acolhimento Para População Adulta E Famílias Em situação De Rua.

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, 2012. Disponível em:

<<http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/texto-de-orientacao-reordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2017.

OGG, H. D. **Centro de Assistência à população em situação de rua**. Universidade

Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. 2014.

PNAS, P. N. D. A. S. NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUA. **MINISTÉRIO DO**

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005. Disponível em:

<<http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/PNAS-2004.pdf>>. Acesso em: 19 março 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO**

DE 1993, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>.

Acesso em: 19 março 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.**, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 20 março 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm>. Acesso em: 14 abril 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **DECRETO DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn11024.htm>. Acesso em: 19 março 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.**, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 18 março 2017.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. **Portal do Governo**, 2017. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema>. Acesso em: 2017 abril 08.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Portal do Governo. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS**, 2017. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema>. Acesso em: 20 março 2017.

SILVA, A. C. R. D.; PARRÃO, J. A. **Diagnóstico acerca da população em situação de rua: um estudo no creas pop do município de presidente prudente**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, p. 3, 4. 2012.

SILVA, M. L. L. D. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 74. 2006.

WINDFINDER. Chapecó Aeroporto. **Windfinder**, 2017. Disponível em: <https://pt.windfinder.com/windstatistics/chapeco_aeroporto>. Acesso em: 30 agosto 2017.